

O APELO DE GRANADA*
A ARQUITECTURA RURAL NO ORDENAMENTO DO
TERRITORIO
CONSELHO DA EUROPA, 1976

1. A Arquitectura rural e a sua paisagem estão ameaçadas de extinção. Por um lado, encontram-se ameaçadas pelo desenvolvimento industrial da agricultura que provoca reconstituições das parcelas de terreno excessivamente severas, não se contentando com as antigas construções e, por outro lado temos o abandono, total ou parcial, das regiões cuja exploração agrícola já não é considerada rentável.

2. A natureza excessivamente explorada é objecto de desequilíbrios ecológicos perigosos. A natureza abandonada é igualmente palco de perigosas erosões. Devemos tomar consciência destes graves perigos e tudo deve ser feito para alterar uma situação que apenas pode piorar, por falta duma modificação radical de orientação.

3. A preservação do meio natural europeu de elevada qualidade impõe-nos o seguinte:

- a) obedecer estritamente às leis ecológicas na concepção dos progressos técnicos;
- b) procurar todos os meios de conservação e de utilização do património arquitectónico rural, o qual está intimamente ligado às paisagens humanizadas do nosso continente.

4. Os males apresentados resultam das condições socio-económicas actuais das comunidades rurais. A procura de soluções

* Tradução Ana Tavares. CELAM- ULHT

implica a divulgação das origens exactas desta situação. Qualquer correcção pressupõe o acordo e o esforço das comunidades interessadas.

5. Esse esforço passa obrigatoriamente por:

- a) uma repartição equilibrada das populações no conjunto do território;
- b) a criação de empregos e a articulação de actividades diversificadas tais como a agricultura tradicional, o artesanato, as mini-indústrias, as actividades de lazer, etc.

O mesmo conduzirá ao pleno desenvolvimento das comunidades e permitirá a integração dos valores culturais rurais na cultura global do nosso tempo. A conservação do património arquitectónico e paisagístico é ao mesmo tempo um elemento e uma consequência essencial para os mesmos.

6. Essa conservação integrada deve, por conseguinte, tornar-se um dos objectivos do ordenamento do território. A mesma implica uma política a longo prazo de desenvolvimento da sociedade, baseada no respeito das relações harmoniosas entre o Homem e a Natureza.

CONCLUSÕES DA CONFRONTAÇÃO

1. Os participantes consideram que é preciso reconhecer no património arquitectónico rural não apenas valores estéticos, mas também o testemunho duma sabedoria secular.

Os mesmos concordaram em considerar como fazendo parte desse património todas as construções isoladas ou formando um conjunto que:

Estejam ligadas a actividades agro-pastoris e florestais assim como a pesca;

apresentem interesse, quer pelo seu valor historico, arqueologico, artistico, lendario, cientifico ou social, quer pelo seu caracter tipico ou pitoresco;

se integrem na paisagem de modo coerente.

Esse patrimonio encontra-se actualmente ameaçado. o seu desaparecimento constituiria uma perda irreparavel.

2. *Os desenvolvimentos de forma industrializada da agricultura*, justificados pela racionalização da produção, provocam profundas alterações estruturais dos traços característicos da paisagem (sebes, declives, pequenos bosques, ribeiros, etc.) e a desfiguração do patrimonio construido, pela introdução de elementos mal adaptados as antigas construções.

A esta evolução junta-se o exodo rural: este reforça os graves desequilibrios demograficos e economicos a nivel regional e nacional; o mesmo e normalmente acompanhado pelos seguintes aspectos:

O envelhecimento das populações agricolas, a degradação e por fim o desaparecimento do patrimonio construido, a invasão das construções abandonadas por parte duma população citadina que as desnatura mediante transformações estranhas ao seu caracter, a proliferação de novas construções sendo usadas como residencia secundaria e concebidas ignorando a tradição.

Esses fenomenos contribuem para o desaparecimento da cultura local perante a cultura dominante na nossa sociedade industrial, e por consequencia da-se o empobrecimento do patrimonio cultural geral. desse modo alguns camponeses alteram, ou chegam a destruir as suas casas para as substituirem por modelos urbanos. por outro lado, as implantações industriais mal estudadas tambem podem alterar profundamente o caracter das paisagens. Finalmente, uma

promoção desmesurada do turismo provoca perturbações profundas na vida rural e uma degradação do panorama geral.

3. Os participantes recordam que :

O ano europeu da natureza 1970, o ano europeu do patrimonio arquitectonico 1975, mobilizaram a opinião publica europeia porque eram o reflexo dum vasto fenomeno de recusa duma utilização irreflectida do espaço natural e construido ;

adoptando *a carta europeia dos solos do conselho da europa*, os governos subscreveram a sua protecção perante o desenvolvimento abusivo dum certo tipo de mecanização incompativel com a preservação da fertilidade da terra ;

a conservação do patrimonio arquitectonico inscreve-se numa politica de crescimento gradual baseado nomeadamente na recuperação dos recursos naturais ou construções existentes.

4. Os participantes sublinham que o espaço rural corresponde a necessidade dum quadro de vida de qualidade, cuja necessidade e cada vez maior, quer seja para residencia permanente ou para os tempos livres.

5. Por conseguinte, os participantes recomendam aos governos: que a politica de conservação integrada do patrimonio arquitectonico seja tambem aplicada as zonas rurais de modo o mais alargado possivel, no quadro da planificação economica e de ordenamento do territorio; que se apoie numa politica predial activa;

que todas as medidas de equipamento sejam tomadas para se reduzir e finalmente se anular a inferioridade do campo em relação a cidade e reforçar a atracção do meio rural. Que nesse meio, o urbanismo trate com um cuidado especial todas as novas implantações importantes (industria, infra-estruturas, etc.); que sejam procurados os seguintes

objectivos: na situação duma economia rural competitiva: adaptar as construções existentes a evolução das suas funções preservando o seu caracter; procurar a integração o mais rigorosa possível dos novos edificios considerados indispensaveis; para esses fins dotar-se dos meios de ajuda e de inspecção (assistencia architectonica e tecnica, vigilancia estetica); numa economia rural não competitiva: reforçar as actividades tradicionais afectando nomeadamente as ajudas publicas para a modernização de explorações agricolas dificilmente rentaveis; promover novas actividades com uma politica voluntaria de criação e de repartição territorial dos empregos. esta deveria, não apenas tentar suster o exodo dos jovens, mas tambem facilitar a sua instalação em zonas onde um envelhecimento ou uma redução sensivel da população se tenham verificado; melhorar a vida economica e rural atraves: da formação e da instalação de artesãos, especialmente de construção, trabalhando, em caso de necessidade, a tempo parcial e capazes de repararem os edificios antigos ; a criação de actividades secundarias e terciarias, de modo a descentralizar melhor a gestão dos assuntos publicos e privados e utilizando as potencialidades do patrimonio edificado; da abertura pela criação de estradas e meios de transporte ; da promoção controlada do turismo nomeadamente pela criação de hoteis rurais; conceder ajudas para os equipamentos colectivos, a melhoria da habitação existente e a conservação da paisagem.

6. Além disso, os participantes recomendam aos governos que tenham em consideração o facto da politica de conservação, no ambito do ordenamento do territorio, apenas ser possível se existir um levantamento dos bens a serem conservados.

esses levantamentos podem assumir diferentes formas:

uma lista sumaria dos sitios naturais e construções apresentando um interesse geral; um inventario mais pormenorizado que incluiria uma subdivisão tripla: levantamento dos dados demograficos e socio-

economicos a nivel do concelho ou da região, consoante o caso : população, (estrutura e composição), estruturas economicas, estrutura das actividades (emprego, receitas); levantamento dos sitios, incluindo não apenas a descrição do aspecto espacial, mas igualmente a análise da estrutura historica da paisagem; levantamento dos edificios, feito a partir de fichas individuais, incluindo a descrição pormenorizada do objecto, uma apreciação da sua arquitectura, do seu valor historico e estetico, do estado de conservação, e da sua localização em relação ao sitio.

7. Os participantes dirigem-se ao poder local:

Para lhes recordar as suas responsabilidades na aplicação inteligente e flexivel de qualquer politica de conservação. com efeito, os mesmos constituem os conselheiros mais ouvidos pela população e podem, pelo exemplo dado na manutenção dos edificios publicos, orientar os esforços de todos, para lhes recomendar que criem os meios propicios de modo a suscitarem a participação das populações facilitando todas as formas de dialogo e a consulta de associações representativas; contribuindo para a realização de projectos dessas associações por meio duma assistencia tecnica e financeira encorajando as iniciativas tendentes a sensibilizar os cidadãos para os valores do seu patrimonio, particularmente atraves de realizações exemplares que reunam e coordenem os fundos publicos e privados, que repartam equitativamente os recursos em função das opções prioritarias, tendo em conta a importancia dos trabalhos de restauro e as possibilidades financeiras dos proprietarios que se dotem dum sistema de assistencia architectonica propria para o aconselhamento dos seus administrados antes da elaboração dos seus projectos que se reunam e coordenem a nivel de meios o conjunto das possibilidades juridicas e financeiras oferecidas pelas legislações em vigor.